

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 29 de dezembro de 1992

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Ricardo C. Saur
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Economia - Brasil Negociações para crescer

Ainda é cedo para afirmar que a economia brasileira está a caminho de uma recuperação, mesmo que moderada. Todavia, há nítidos indícios de uma certa retomada, de uma inversão de sinais, que talvez permita que, em 1993, pela primeira vez desde 1989, tenhamos um leve crescimento do PIB "per capita", ou seja, uma expansão do produto real acima da taxa de crescimento demográfico. Não são poucos os economistas brasileiros que acreditam que o PIB, no ano que se aproxima, possa crescer algo em torno de 3%, desmentindo projeções pessimistas de instituições internacionais.

O principal desses indicadores é um aumento da produção industrial no País da ordem de 1,7% em outubro em relação ao mês anterior, segundo o IBGE. O dado é significativo, uma vez que interrompe uma série de sete variações negativas, vindas desde março deste ano. O avanço do índice de utilização da capacidade ociosa pela indústria paulista, que passou de 72,5 para 74,5% de julho a outubro, está a demonstrar que a expansão captada pelo IBGE pode configurar uma tendência.

Sem dúvida, a exportação é um dos fatores responsáveis por essa evolução. Como se tem notado, as exportações brasileiras, desde junho de 1992, vêm acusando um valor mensal superior a US\$ 3 bilhões, chegando a US\$ 3,327 bilhões em novembro. Se este foi um forte elemento de sustentação do ritmo de atividade em importantes setores, os números revelam que foi o segmento de bens duráveis de consumo que obteve, em outubro, o melhor desempenho, cabendo, portanto, ao mercado interno o papel decisivo.

Constata-se que havia uma considerável demanda reprimida em grandes parcelas da classe média, que se fez sentir, de forma insuspeitadamente vigorosa, nas vendas do último Natal. Essa nova onda de consumo foi particularmente influenciada pela melhoria dos salários no setor público, em função de medidas, como a isonomia salarial e os reajustes, que repuseram, em boa parte, perdas sofridas ao longo do ano. Em um plano mais geral,

poderiam ser citados os efeitos do pagamento do 13º salário e da diferença dos 147% aos aposentados.

Se bem que não aos saltos, as perspectivas são de que o consumo deve continuar razoavelmente aquecido, com a ajuda da nova legislação sobre os salários, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro. Não só o salário mínimo será elevado a Cr\$ 1.250.700, com antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais, como foi assegurado a todos os trabalhadores reajuste quadrimestral até a faixa de seis mínimos, com base no Fator de Atualização Salarial (FAS).

Em face desse quadro, três questões desde logo se colocam. Primeiro, o que se observa é que, conquanto a indústria tenha diminuído a sua capacidade ociosa, o índice de emprego experimentou um certo recuo. Segundo, ainda inseguras quanto à robustez da demanda, as indústrias, de modo geral, têm preferido recorrer a horas extras, evitando re-

contratações. Terceiro, houve igualmente ganhos de produtividade, mas o que se presume é que, com um consumo mais estável, o nível de ocupação cresça.

Mais complexas serão as consequências sobre a inflação. A equipe econômica não fala em queda abrupta da inflação (a previsão do ministro Paulo Haddad é de uma taxa de 13% em dezembro de 1993), mas, certamente, está preocupada com as pressões derivadas do consumo. Note-se que, embora deva reforçar apreciavelmente o seu caixa com a nova legislação sobre o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e os recursos do Finsocial, o governo ainda não conseguiu aprovação do Congresso para o ajuste fiscal que se requer.

Este não é o único desafio. Será preciso também calibrar, através das câmaras setoriais, os reajustes de preço, combinando reduções de impostos com manutenção ou elevação do emprego, de modo a possibilitar um crescimento sem traumas.

Em essência, a estratégia de expansão moderada, com ganhos no combate à inflação, presume intensas negociações políticas em diferentes foros.